

ETP - Estudo Técnico Preliminar

Objeto:

Contratação de empresa especializada em contabilidade pública, para prestação de serviços de assessoria contábil, incluindo fornecimento de programas necessários e interligados ao Sistema Remessa/TCE-PE, para atendimento das necessidades da Prefeitura de Jupi, Fundo Municipal de Saúde, Fundo Municipal de Assistência Social e do Regime Próprio de Previdência Social de Jupi.

1. Contextualização

A administração pública municipal enfrenta exigências crescentes quanto à regularidade e conformidade contábil, exigindo alto grau de especialização técnica. Além disso, os sistemas e relatórios contábeis devem atender às normas da Secretaria do Tesouro Nacional (STN), NBCASP e Tribunal de Contas do Estado de Pernambuco (TCE-PE), incluindo a integração com o Sistema Remessa. Para garantir a eficiência e qualidade na gestão pública, é essencial contar com uma empresa especializada e reconhecida no mercado.

Justificativa da Contratação Direta

A contratação será realizada com base no **art. 74 da Lei nº 14.133/2021**, que permite a **contratação direta por inexigibilidade de licitação** nos casos em que há **inviabilidade de competição**, como quando os serviços requerem **notória especialização**.

A notória especialização é evidenciada pela experiência comprovada da empresa no atendimento a entes públicos, na adequação aos padrões contábeis e na integração de sistemas compatíveis com o Sistema Remessa/TCE-PE. A inviabilidade de competição decorre da especificidade técnica e da necessidade de escolha de uma solução personalizada e de alta qualidade.

Objetivos da Contratação

- Garantir a conformidade das atividades contábeis às normas vigentes.
- Assegurar a integração dos dados contábeis com o Sistema Remessa/TCE-PE.
- Atender aos prazos normativos para envio de relatórios obrigatórios.
- Melhorar a eficiência e transparência na gestão pública contábil.

4. Estudo de Solução

4.1. Análise de Alternativas Disponíveis

1. Execução Interna:

- **Vantagens:** Controle direto das atividades.
- **Desvantagens:** Falta de pessoal técnico qualificado; risco de inconsistências e descumprimento de prazos; ausência de sistemas adequados.

2. Contratação por Licitação:

- **Vantagens:** Possibilidade de competição.



- **Desvantagens:** A especificidade técnica inviabiliza a concorrência ampla; alto risco de contratar fornecedor sem expertise comprovada.

3. Contratação Direta por Inexigibilidade:

- **Vantagens:** Garantia de qualidade e segurança jurídica ao contratar empresa com notória especialização; soluções personalizadas e adequadas às necessidades do município.
- **Desvantagens:** Necessidade de comprovação robusta da inviabilidade de competição e da notória especialização.

4.2. Solução Recomendada

A contratação direta por inexigibilidade é a solução mais adequada, considerando:

- A complexidade técnica da contabilidade pública.
- A obrigatoriedade de sistemas integrados ao Sistema Remessa/TCE-PE.
- A necessidade de contratar empresa com notória especialização e experiência comprovada.

5. Requisitos da Contratação

5.1. Requisitos Técnicos

- Empresa com **notória especialização** em contabilidade pública.
- Experiência comprovada na prestação de serviços para entes públicos.
- Capacidade de fornecer sistemas informatizados compatíveis com o Sistema Remessa/TCE-PE.

5.2. Escopo de Serviços

- Elaboração de balancetes, balanços e relatórios obrigatórios.
- Suporte técnico para integração ao Sistema Remessa/TCE-PE.
- Consultoria em adequação às normas contábeis públicas.
- Capacitação de servidores no uso dos sistemas e ferramentas contratadas.

6. Benefícios Esperados

- Regularidade fiscal e legal das contas municipais.
- Redução de riscos de sanções por inconsistências ou atrasos.
- Eficiência e transparência na gestão contábil pública.
- Garantia de serviços personalizados e de alta qualidade técnica.

7. Cronograma

A vigência do contrato será de **12 meses**, podendo ser prorrogada conforme legislação e necessidade do município.

8. Estimativa de Custos

Os custos serão estimados nos históricos de contratações semelhantes, respeitando os limites orçamentários municipais.



9. Riscos Associados

- Falha na execução dos serviços contratados.
- Incompatibilidade técnica dos sistemas.
- Dependência excessiva da empresa contratada.

10. Fundamentação Legal

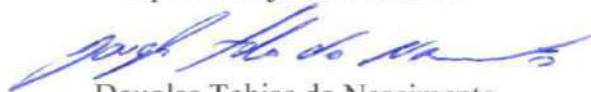
A contratação será fundamentada nos seguintes dispositivos da **Lei nº 14.133/2021**:

- **Art. 74, inciso III:** Contratação direta por inexigibilidade nos casos de inviabilidade de competição.
- **Art. 6º, inciso XXXII:** Reconhecimento da **notória especialização** como critério para escolha da contratada, que deve possuir capacidade técnica comprovada e ser amplamente reconhecida no mercado.

11. Conclusão

A contratação direta por inexigibilidade é a solução que melhor atende às necessidades do município de Jupí, garantindo qualidade, eficiência e segurança jurídica na gestão contábil pública. A escolha de uma empresa com notória especialização assegura o cumprimento das exigências normativas e operacionais, com impacto positivo na gestão dos recursos públicos.

Jupi, 02 de janeiro de 2025



Douglas Tobias do Nascimento
Secretário de Administração

